

HISTÓRIA PÚBLICA, USOS DO PASSADO E NEGACIONISMOS NA AMÉRICA LATINA

André Mendes Salles¹

Thiago Nunes Soares²

Pedro Ramón Caballero Cáceres³

A expressão ‘negacionismo’ é geralmente utilizada para se referir aos eventos de negação do Holocausto na Segunda Guerra Mundial. Alguns autores, inclusive, defendem que esse termo seja restrito a esse contexto de uso, e que se utilize a expressão ‘negação’ para se referir a outros tipos de situações negacionistas (MORAES, 2013). O primeiro termo, contudo, tem sido muito utilizado atualmente como forma de se referir a diversos episódios de negação no Brasil e mundo, para além do Holocausto.

Muitas vezes a expressão ‘revisãoismo’ é utilizada como sinônimo de ‘negacionismo’. Para Marcos Napolitano (2021), é preciso ter cuidado, uma vez que faz parte da dinâmica do próprio ofício do historiador o processo de revisão historiográfica. Para o referido autor, é primordial estabelecer uma distinção inicial entre o revisãoismo (ou a revisão) acadêmica, baseado em método científico, e o revisãoismo puramente ideológico, como do *Brasil Paralelo* e das coleções da *História Politicamente Incorreta*, do Leandro Narloch, cujo revisãoismo sem nenhuma base científica – ou com uma base científica falseada – pode ser considerado negacionista.

Um problema atual é a forma como historiadores/as e professores/as de História passam a ser vistos por certos grupos que não têm a mínima noção de como funciona o ofício do historiador e o processo de crítica entre os pares (historiografia). São grupos que alimentam ideias conspiratórias, que passam a ver historiadores/as, professores/as e cientistas de uma maneira geral como mentirosos/as e/ou doutrinadores/as. Esses, portanto, mais encobririam a ‘verdadeira história’ do que atuariam para desvendá-la. Teriam se unido para ocultar a verdade e inculcar ideias ditas de esquerda. A professora Sônia Meneses Silva (2020) levanta um importante problema: “Como dialogar com uma sociedade, na qual parte considerável passou a acreditar que seus historiadores e professores de história mentem?” (p. 44).

Não só a produção dos/as historiadores/as estaria sob suspeita para certos grupos, como também o conhecimento histórico escolar. Os livros didáticos não contariam a

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor Adjunto do Departamento de Ensino de Currículo (DEC) da UFPE e docente permanente nos programas de pós-graduação em História (PPGH) e em Ensino de História (ProfHistória) desta mesma instituição. E-mail: andre.salles@ufpe.br

² Doutor em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Professor Adjunto da Universidade de Pernambuco (UPE) - Campus Mata Norte, atuando no Programa de Pós-Graduação em Educação e na Licenciatura em História. E-mail: thiago.nsoares@upe.br

³ Doutor em Ciências Sociais e Políticas pela Universidade Nacional de Assunção. Professor no *Colegio Experimental Paraguay-Brasil* e na Universidade Nacional de Assunção. E-mail: pcaballero@fil.una.py

‘verdadeira história’. Ricardo Vélez, antigo Ministro da Educação do Governo Bolsonaro, chegou a defender a revisão de livros didáticos para que eles passassem a contar a “verdadeira história” sobre a ditadura militar. O próprio presidente do Brasil, à época, chegou a dizer aos jovens para ignorarem os historiadores e a perguntarem aos seus avós sobre a ditadura. É não apenas colocar o conhecimento histórico e os/as historiadores/as sob suspeita, mas é a negação mesma do método histórico, das fontes e da historiografia. É o apelo puro e simples à memória, ao testemunho e as emoções/sentimentos/impressões em detrimento do conhecimento⁴. (Oliveira, 2020).

Não apenas o método histórico foi atacado pelo então Presidente Jair Bolsonaro e por seus Ministros, mas o método científico como um todo. Em diversas oportunidades puseram em *xéque* a credibilidade de instituições como o IBGE, o IPEA e a FIOCRUZ, chegando-se, inclusive, a sugerir o abandono dos métodos de pesquisa adotados por essas instituições por enquetes de opinião em redes sociais. (Oliveira, 2020).

Diante do contexto assinalado, precisamos reafirmar “o lugar político da História e dos historiadores”, assim como defender um “maior envolvimento [desses] nos debates públicos” (Motta, 2020). Em outras palavras, disputar espaço na História pública, potencializar os debates sobre questões como direitos humanos, movimentos sociais, arte, cultura, mundos do trabalho e dos/as trabalhadores/as, entre outros (Soares, 2025a; Soares, 2025b). Lideranças e personalidades de direita e de extrema-direita têm assumido a responsabilidade de reescrever a História a partir de um revisionismo puramente ideológico, sem base e método científico e/ou historiográfico. Eles têm disputado espaço público na divulgação do conhecimento histórico. Têm ocupado, sobretudo, canais do YouTube, redes sociais, sites e livros de grande divulgação (como a já mencionada coleção *História Politicamente Incorreta*).

Os canais do YouTube desses grupos, a exemplo do *Brasil Paralelo*, apresentam milhões de visualizações, o que mostra o seu alcance. Historiadores/as e cientistas sociais e políticos/as na América Latina⁵ têm estudado a emergência de histórias públicas reacionárias e novos negacionismos que são influenciados por narrativas históricas divulgadas por diferentes mídias e vinculadas às ideias de pós-verdade. Segundo esses autores, é preciso disputar esses espaços públicos com esses grupos, dialogar com a sociedade, conversar e produzir materiais sobre a História para um público de não especialistas. Talvez esse seja um de nossos maiores desafios na atualidade.

Conforme Malerba (2017), “nos dias de hoje, a equação historiador/historiografia/público tornou-se mais complexa”, sobretudo, porque a ‘história pública’ “surgiu no contexto dessa amplificação dos públicos: não como exclusivamente “audiências”, consumidores de história, mas, em alguma medida, [...], público gerador de história” (p. 141). Para o autor em tela, tanto a expansão quanto a alteração do perfil do público consumidor e produtor da história nas últimas décadas se explicam em grande medida pelo surgimento de novas mídias, com destaque para a internet. Os recentes acontecimentos relacionados à COVID-19 impulsionaram – ou anteciparam – a emergência do ensino remoto, e desafiaram os/as historiadores/as e professores/as a lançarem mão de diversas estratégias, reinventando, se assim podemos dizer, seu

⁴ Como ficou claro nas eleições presidenciais de 2018, muitas vezes os fatos objetivos terminam sendo menos influentes na opinião pública do que as emoções. Os propagadores (oficiais e profissionais) de *Fake News* sabem bem disso.

⁵ A exemplo de Sônia Menezes Silva (2019), Caroline Bauer (2024), João Cézar de Castro Rocha (2023), Christian Lynch e Paulo Henrique Cassimiro (2022), dentre outros.

relacionamento com os públicos consumidores de história: lives em redes sociais e canais no YouTube, entrevistas em Podcasts, gravações de vídeos diversos, dentre outros (Schmidt; Malerba, 2021).

A Revista **Mneme – Revista de Humanidades**, uma das mais bem qualificadas revistas de História e Humanidades do Brasil tem ocupado importante papel no que concerne à divulgação de relevantes trabalhos na área da História e das Ciências Sociais e Políticas, sempre buscando abordar em seus dossiês temáticas atuais e significativas que explicam e suscitam reflexões importantes dentro do contexto brasileiro e mundial, com estímulo a participação de profissionais de destaque, que atuam no Brasil e no exterior. Ao longo de sua história a revista tem se comprometido a elaborar dossiês que buscam iluminar importantes acontecimentos históricos – sobretudo brasileiros e latino-americanos – com destaque para temáticas atuais, política e/ou teoricamente empenhadas com o fortalecimento dos valores democráticos e dos direitos humanos. Nesse sentido, tendo em vista a atualidade da proposta do Dossiê em questão, e sua importância política em trazer à tona reflexões importantes sobre história pública e usos do passado, sobretudo, em um momento de emergência de narrativas históricas negacionistas e discursos políticos populistas de pessoas públicas vinculadas a um ultraconservadorismo, com disseminação de práticas autoritárias, no Brasil e no mundo, apresentamos os artigos que compõem o presente Dossiê temático.

O artigo da professora Marta Rovai, intitulado *Um olhar sobre sítios de consciência argentinos: quando o passado encara o público de volta*, aborda o *Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti* (antiga ESMA) e o *Parque de la Memoria*, espaços que constituem práticas de história pública em torno de temas sensíveis e em defesa do direito à memória sobre o passado traumático. Para a autora, mais do que se constituírem em espaços de memória, são *sítios de consciência*, devido ao caráter educativo e interativo que é estabelecido com o público visitante. Produz-se, de acordo com Rovai, instrumentos de enfrentamento às práticas e discursos de cunho negacionista e distorcionista promovidos pelos governos argentinos, depois do período ditatorial, sobretudo no atual momento da História argentina, em que grupos de extrema-direita ocupam espaços de destaque no governo daquele país. Dessa forma, é analisado um conjunto de imagens fotográficas registradas pela própria autora em relação às duas instituições mencionadas, no intuito de refletir sobre essas disputas pela memória no país argentino.

Também temos com enfoque no tempo presente a publicação *“Para nós, a ditadura não acabou”: memória intergeracional a partir do cinema latino-americano e os combates aos negacionismos do Século XXI*, de Cláudia Regina Nichnig e Nashla Aline Dahás Gomoziás. Nela discutiram-se as memórias intergeracionais das ditaduras e os autoritarismos latino-americanos, levando em consideração como eles foram representados em relevantes longas-metragens.

A percepção pública da história e a luta pelo presente: uma análise da violência política no Chile em 1985, é o título do artigo de Débora Kaizer Felicíssimo. A autora analisou os diferentes movimentos de resistência à ditadura militar chilena (1973-1990). Para levar a cabo tal análise, Felicíssimo estudou os discursos sobre a violência política e a luta por poder no espaço público e pelo domínio de narrativa em face à violência estatal. Para tanto, utilizou-se de dois casos de assassinatos cometidos pela ditadura no ano de 1985: o assassinato de Eduardo Vergara Toledo e de seu irmão Rafael Vergara Toledo (1) e o Caso Degolados (2), que investigou os assassinatos de José Manuel Parada e Manuel Guerrero.

A empresa Brasil Paralelo foi cerne de investigação de Ian Moura Gomes do Nascimento no trabalho *O sofista como relativista: a ideia de “relativismo moral” nas narrativas conspiracionistas do Brasil Paralelo*. À luz de um estudo de caso, ele investigou como esse segmento utilizou a antiguidade e a tradição clássica antiga em suas atividades e analisou a concepção dos sofistas como primeiros perpetradores da razão e da verdade, visão disseminada pela referida produtora audiovisual.

Adson Rodrigo Silva Pinheiro e Leonardo Coutinho Lourenço escrevem o artigo intitulado *Memória, História Pública e a Manipulação da Inquisição: religião e a apropriação do Santo Ofício por youtubers conservadores na contemporaneidade*. O texto em tela busca problematizar a manipulação da memória histórica da Inquisição por movimentos conservadores contemporâneos, com destaque para produções de mídia como “Brasil Paralelo” e iniciativas de influenciadores religiosos alinhados à extrema-direita presentes no Youtube. Os autores dialogam com os campos da História Pública, da História do Tempo Presente e com os Estudos de Memória para analisar narrativas distorcidas do passado, que são constituídas por certos grupos para legitimar projetos político-religiosos na atualidade.

A professora Roberta Duarte da Silva escreveu o artigo *Pensar historicamente em tempos de negacionismo: sentidos e práticas no Ensino de História*. Ela analisa o papel do pensamento histórico como ferramenta formativa para o enfrentamento ao negacionismo e aos usos distorcidos do passado no contexto escolar, articulando-se às discussões contemporâneas da História Pública. A partir da perspectiva teórica da Didática da História e da Educação Histórica, a autora explica como conceitos de segunda ordem podem ser mobilizados no ensino de História como forma de promover a leitura crítica de fontes e a formação de sujeitos historicamente conscientes. A pesquisadora analisa, ainda, propostas didáticas de aulas-oficinas desenvolvidas por licenciandos em História, tomando-as como estratégias para uma aproximação entre o conhecimento histórico escolar e os debates públicos sobre o passado.

Alexandre Campos e Sônia Wanderley escrevem o artigo *A História Pública nas universidades por meio das mídias digitais: o que dizem as principais obras do mercado editorial brasileiro?*. O texto segue uma perspectiva bibliográfica e de revisão de literatura sobre a História Pública, valendo-se de alguns dos principais livros sobre história pública publicados e impressos no Brasil. Os autores buscam refletir sobre o contexto social e midiático, levando-se em conta a esfera pública, e problematizando conceitos como pós-verdade e negacionismos.

Os pesquisadores Karl Schurster e Luzilete Falavinha Ramos, em *Representar o conflito, negar a alteridade: os limites do ensino dos conflitos Israel – Palestina nos manuais escolares brasileiros*, analisam as representações do conflito Israel–Palestina nos manuais escolares de História e Geografia destinados ao 9º ano do ensino fundamental, aprovados pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), referente ao Edital nº 01/2022 (2024–2027). Os autores analisaram 28 obras, das quais 14 de História e 14 de Geografia. O objetivo foi compreender como conceitos, imagens, mapas e narrativas sobre o conflito são apresentados nos livros analisados.

Os impactos do autoritarismo no ensino de História também estão presentes no texto *Das cruzadas antigênero ao currículo de história: reacionarismo na educação brasileira*, de Carolina Giovannetti e Shirlei Sales. As reflexões têm como mola propulsora a pesquisa acerca da ofensiva antigênero no sistema educacional brasileiro, a qual é materializada em discursos reacionários que incentivam a perseguição aos professores e às professoras. Dessa forma, o trabalho evidencia que, apesar desse contexto, há movimentos que resistem

em prol da continuidade das discussões de gênero nos currículos escolares, ao defenderem a sua diversidade e uma educação pautada na liberdade de cátedra.

Negacionismos sobre a escravidão no Ceará: o caso do Quilombo do Cumbe, de Mário Martins Viana Júnior, Antônio Gilberto Ramos Nogueira e Alfredo Ricardo Silva Lopes, analisa os usos do passado na região do Cumbe, no Ceará. Os autores abordam como diferentes grupos sociais e de profissionais (como do Direito e da Antropologia) se utilizam da História para embasar disputas políticas e jurídicas, muitas vezes amparados em práticas negacionistas. Investiga-se a apropriação da memória coletiva do grupo da Associação de Moradores do Cumbe e de Canavieira (AMCC), assim como a atuação de profissionais como do Direito e da Antropologia que buscam *comprovar* a inexistência de quilombos/quilombolas na região. Coteja-se tais apropriações dessa memória com a historiografia e com as fontes históricas disponíveis, que sinalizam para a existência de quilombos na região.

Márcio Moraes escreve o artigo intitulado *Diálogos e conflitos: Dom Hélder Câmara e o Governo na Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1970)*. O texto em questão aborda a complexa relação entre Dom Hélder Câmara e o governo brasileiro durante os primeiros anos da Ditadura Civil-Militar (1964-1970). O autor busca desmistificar a ideia de que a Igreja Católica, e em particular Dom Hélder, sempre se opuseram aos militares. Defende-se que houve um momento inicial de aliança e colaboração. A pesquisa utilizou documentos como as cartas circulares do religioso e artigos de jornais da época. Em outras palavras, o autor explora a evolução da relação de Dom Hélder com o Regime Civil-Militar, desde do que se estabelece como *cooperação inicial* até ao surgimento de *tensões e rupturas*.

Icléia Thiesen, Ana Claudia Ribeiro e Fabrício Silveira escrevem o texto *A Comissão Nacional da Verdade e a luta contra o negacionismo: o caso Chael Charles Schreier entre arquivos sensíveis e narrativas de resistência*. Por meio do cruzamento e análise de um significativo e diversificado conjunto documental, problematizaram os fatos que culminaram na prisão, tortura e morte desse estudante. Nesse sentido, o estudo contribui para interpretar a ditadura de 1964 e ressaltar a relevância das instituições de informação e memória em nossa sociedade.

A Comissão Nacional da Verdade também foi objeto de estudo de Caroline Rios. O trabalho *Nada a declarar para a Comissão da Calúnia: as tensões entre setores militares e a Comissão Nacional da Verdade* contextualizou como ocorreu a tensa relação entre a Comissão e os segmentos militares, tendo como base um amplo mosaico de fontes históricas.

Enquanto no artigo *Ditadura "Nunca Mais": quando o testemunho feminino confronta o negacionismo da extrema direita*, Graciele Maria Coelho de Andrade Gomes e Raylane Andreza Dias Navarro discutiram como os testemunhos de mulheres que atuaram durante a Ditadura Civil-Militar brasileira são importantes instrumentos para combater o negacionismo histórico e promover a educação em prol do “nunca mais”, com a valorização dos direitos humanos, da democracia e da formação do pensamento crítico.

O trabalho *Da Marcha da Família com Deus pela Liberdade (1964) ao atentado bolsonarista de 8 de Janeiro (2023): a mobilização de sentimentos latentes na justificativa de questionamentos ao sistema democrático* foi realizado por Lavínia Izidoro Martins. Por meio de uma análise comparada de elementos discursivos das direitas no Brasil na ditadura militar e na contemporaneidade, a autora tem como hipótese que o sentimento latente no país é o anticomunismo. Nessa perspectiva, na medida em que esse sentimento é movido através de determinados estímulos (principalmente os que ressaltam aspectos como família, propriedade e Deus), cria-se uma base para que a democracia seja questionada.

Diante disso, convidamos a leitora e o leitor a se debruçar sobre este dossiê, que pode ser visto sob a ótica de um caleidoscópio. Multifacetado em sua composição, ele

buscou suscitar profícuas reflexões acerca da História Pública, dos usos do passado e dos negacionismos na América Latina. Desejamos também que os artigos possam estimular debates, instigar o desenvolvimento de novas pesquisas e instigar reflexões sobre o mundo contemporâneo, quando cada vez mais se faz necessária a defesa da democracia, a valorização dos direitos humanos e o combate ao autoritarismo.

REFERÊNCIAS

- BAUER, Caroline Silveira. Jair Messias Bolsonaro e suas verdades: o negacionismo da ditadura civil-militar em três proposições legislativas. **Estudos Históricos**, v. 37, p. 1-24, 2024.
- LYNCH, Crhistian; CASSIMIRO, Paulo Henrique. **O populismo reacionário**: ascensão e legado do bolsonarismo. 1. ed. São Paulo: Contracorrente, 2022.
- MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Revista Brasileira de História**, v. 37, p. 135-154, 2017.
- MORAES, Luis Edmundo. Negacionismo: a extrema-direita e a negação da política de extermínio nazista. **Boletim Tempo Presente** (UFRJ), v. 1, p. 3, 2013.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A História no olho do furacão. In: KLEM, Bruna; PEREIRA, Matheus; ARAÚJO, Valdei (Orgs.). **Do fake ao Fato**. (des)atualizando Bolsonaro. Vitória, ES: Milfontes, 2020, p. 29-41.
- NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. In: Jaime Pinsky; Carla Pinsky. (Org.). **Novos Combates pela História**: Desafios no ensino. 1ed.São Paulo: Contexto, 2021, v. 1, p. 85-114.
- OLIVEIRA, Rodrigo Perez. O negacionismo científico olavista: a radicalização de um certo regime epistemológico. In: KLEM, Bruna; PEREIRA, Matheus; ARAÚJO, Valdei (Orgs.). **Do fake ao Fato**. (des)atualizando Bolsonaro. Vitória, ES: Milfontes, 2020, p. 81-100.
- ROCHA, João Cézar de Castro. **Bolsonarismo**: da guerra cultural ao terrorismo doméstico - Retórica do ódio e dissonância cognitiva coletiva. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.
- SCHMIDT, Benito; MALERBA, Jurandir (Orgs.). **Fazendo História Pública**. Vitória: Milfontes, 2021.
- SILVA, Sônia Maria de Meneses. Negacionismos e Histórias Públicas Reacionárias: Os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade. **OP SIS**, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 1-9, 2019.
- SILVA, Sônia Maria de Meneses. Bolsonarismo: um problema “de verdade” para a História. In: KLEM, Bruna; PEREIRA, Matheus; ARAÚJO, Valdei (Orgs.). **Do fake ao Fato**. (des)atualizando Bolsonaro. Vitória, ES: Milfontes, 2020, p. 43-55.
- SOARES, Thiago Nunes (Org.). **61 anos do golpe e da ditadura de 1964 em Pernambuco**: direitos humanos e movimentos sociais. Recife: EDUPE, 2025a. v. 1.
- SOARES, Thiago Nunes (Org.). **61 anos do golpe e da ditadura de 1964 em Pernambuco**: arte, cultura, mundos do trabalho e dos/as trabalhadores/as. Recife: EDUPE, 2025b. v. 2.

